

FILOSOFIA DA HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO EM SÍLVIO ROMERO:
 UMA LEITURA DE *INTERPRETAÇÃO PHILOSOPHICA DOS FACTOS HISTORICOS*
 (1880)

Erivan Cassiano Karvat*

Este artigo tem como intenção apontar algumas reflexões sobre o texto *Da Interpretação Filosófica na Evolução dos Factos Históricos*, de Sílvio Romero (1851-1914), apresentado como tese de admissão para a Cadeira de Filosofia do Imperial Colégio Pedro II. Em seu ensaio, Romero, que se notabilizaria como nome fundamental da chamada Geração de 1870 e também como polemista irrefreável, parece se mover tensamente entre a recorrência a uma filosofia da história e pretensões de cientificidade – que seria assegurada pelo emprego do método. Antecipando questões que reapareceriam no seu monumental *História da Literatura Brasileira* (1888), Romero sugere já em sua tese uma interpretação de Brasil e, não menos, de história.

Palavras-chave: filosofia da história, historiografia, civilização.

This article intends to point out some reflections on the text *Da Interpretação Filosófica na Evolução dos Factos Históricos*, Silvio Romero (1851-1914), presented as a thesis for admission to the Cadeira de Filosofia do Imperial Colégio Pedro II. In his essay, Romero, who distinguished himself as a key name Generation of 1870 and also as a unstoppable polemicist, it seems to move tightly between the recurrence of a philosophy of history and pretensions of scientism - that would be achieved by employing the method. Anticipating questions that reappear in his monumental *História da Literatura Brasileira*(1888), Romero suggests his thesis as an interpretation of Brazil and not least of history.

Keywords: philosophy of history, history, civilization.

Este breve ensaio se volta à leitura de um documento seminal acerca do pensamento de Sílvio Romero: sua dissertação *Interpretação Philosophica dos Factos Humanos* escrita para concurso – para as cadeiras de Filosofia – do Imperial Colégio Pedro II, realizado entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880.

Inicialmente, como foi publicada em janeiro de 1880, intitulava-se *Interpretação Philosophica na Evolução dos Fatos Historicos*, título que não é de Romero mas, sim, do próprio ponto sorteado para o concurso, em 22 de dezembro de 1879¹. Em 1885, Romero reeditou o texto em seu livro *Estudos de Litteratura contemporanea: notas de critica*, alterando-o então para *Interpretação Philosophica dos Factos Historicos*.

* Doutor em História (UFPR, 2008). Professor de Teoria da História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), PR.

1 Os outros pontos, de uma lista inicial de 20, além da *Interpretação*, eram: *Papel da Filosofia no estado atual das ciências; Constituição Científica da Metafísica; Fundamentos a Análise Psicológica; Bases da Moral Social: apreciação do socialismo; Limites da Teodicéia; Apreciação das Provas da Imortalidade da Alma; Ciência do Método: critério da verdade; Apreciação da Doutrina Positivista; Sistema de Descartes e sua influência no desenvolvimento da Filosofia Moderna.*

Cabe observar, antes de mais nada, que *falar* de Sílvio Romero, ou em Sílvio Romero, nos traz, inevitavelmente, problemas. Constatação talvez “normal” quando nos voltamos à história intelectual ou do pensamento, pois sempre se fazem dificultosos abordar ideias ou sistemas de ideias, seus contextos e autores. Contudo, quando tratamos de um autor como Romero, as dificuldades parecem inflacionar.

Romero (1851-1914) pertence aquilo que podemos, aqui, chamar de *tradição*. Associado a isto, seu nome vincula-se, também, a um contexto de produção de ideias que ocupa um *lugar marcado* – portanto, *canônico* – dentro do pensamento social brasileiro. Assim, por pertencer a esta tradição, seu nome aparece envolto num sem-número de interpretações possíveis e, portanto, inesgotáveis. A simples menção a este pertencimento já deve nos dar a dimensão dos problemas associados a tal nome: pertencendo a uma geração que se via como uma geração de pretensão *Modernismo*, portadora de “um bando de ideias novas”, conforme formulação do próprio Romero, seus integrantes projetaram seus nomes, ou melhor, contribuíram para projetar seus nomes, evocando um *lugar* no interior da história do Pensamento Brasileiro. Esta projeção parece-nos, está atrelada a um movimento de canonização e em via dupla: ainda que em diferentes graus, caracterizam-se como autores – Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Júnior – “a grande tríade crítica”, como falava a profa. Luciana Stegagno-Picchio (2004:261) e mais ainda Capistrano de Abreu – municiados de referências dadas pelo pensamento científico de sua época, fizeram, com base nestas referências, uma leitura acerca do passado brasileiro principalmente através da literatura produzida (e aqui cabe lembrar que a noção de literatura, à época, abarcava as chamadas Belas Letras, da qual fazia parte, além da própria literatura, a filosofia e a história). Dessa maneira, foram autores que contribuíram para a formulação de um *cânone literário*, autorizando interpretações e leituras. Com essa “autoridade” projetaram inevitavelmente, também, seus próprios nomes.

Ressalte-se que se a canonização, como quer Curtius (1996:323), leva à consagração/santificação, deslocando o canonizado da própria história e investindo-o de perenidade, em relação à estas interpretações sobre o passado o que parece se notar é justamente um movimento aparentemente oposto: é a história que garante a canonização e, esta, o *lugar* na própria história.

Romero, autor daquela que é considerada a primeira grande síntese da história da literatura brasileira, dado que é uma história geral – a *História da Literatura Brasileira*, de 1888 – ao se voltar à interpretação de uma suposta e incipiente literatura brasileira, avaliava o

passado literário “nacional” estabelecendo recortes e marcos fundacionais, marcando nomes e obras. Como polemista contumaz, como Roberto Ventura bem nos lembra em *Estilo Tropical* (1991), Romero, assumindo o papel de um iconoclasta voraz, tende a achincalhar todas as tentativas anteriores de sistematização acerca dessa mesma história, principalmente voltando sua taxativa leitura aos românticos – de Gonçalves de Magalhães a Francisco Adolfo de Varnhagen – desconsiderando a produção dos possíveis “antecessores” e reclamando que “nossas letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos”. Com a *História da Literatura Brasileira* – conjuntamente aos seus outros textos como, por exemplo, *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira*, de 1911 – e ainda com a *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo, de 1916, produziu-se aquilo que Ventura (1991) caracterizou como as “primeiras versões abrangentes e sistemáticas” das histórias da literatura brasileira. Romero, nesse sentido, pode ser apontado, também, como *fundacional* na escrita da história literária brasileira, ao acabar por fixar diferentes leituras sobre a produção literária e sobre a definição de crítica e historiografia literária nacionais: se das suas análises decorre a valoração de determinados períodos, autores e obras, daí redundam, também, a legitimação da própria escrita da literatura e da atividade da crítica, através de diferentes escolhas e da institucionalização de diferentes inferências e *marcos*. Num movimento aparentemente recorrente, parece que o desenho de toda história literária – tanto anterior, quanto posterior – esboça-se, ou mesmo define-se, a partir destas referências.

A concepção de história em Romero, concepção que podemos ver como de sua Geração, “redimensionando a nação e a nacionalidade” (Weber, 1997:69), transformou-se, assim, num verdadeiro *monumento* historiográfico – devido a sua capacidade de perpetuação, no sentido atribuído por Le Goff (1992:536) ao termo – produto da própria apropriação que receberam por parte da produção ulterior e, quiçá, dos esforços de seus próprios encaminhamentos e intenções.

Assim, se por um lado a crítica estabelecida desde o segundo quartel dos *oitocentos*, pelo menos, voltou-se sobre a legitimidade de obras, temas e autores, buscando apontar a *direção* e o *sentido* da literatura nacional, é necessário, do mesmo modo, frisar que esta mesma crítica, como já dito, não se descuidou também de sua própria legitimação, reiterando a presteza de seus termos e práticas, decorrendo daí as celeumas em torno das suas melhores propostas e orientações.

O nome de Romero, portanto, passa a inventar uma nova tradição, expressando aquela

ideia, acima exposta, de um processo de canonização. Pois como o próprio autor sugeriu de si:

Em Sílvio Romero a crítica procurou desviar-se de duas direções antagônicas que lhe pareciam erradas: nem contemplação das cousas do país, sem saber do que ia pelo mundo, nem andar pelo estrangeiro à busca de modelos quaisquer a seguir. A missão crítica, neste país, deveria juntar as duas tendências: tomar da nação os assuntos e da cultura hodierna o critério diretor das idéias. (Romero, 1980: 1815)

Desse modo, fundamentalmente, o foco sobre a Geração de 1870 e, principalmente sobre a obra de Romero, decorre da própria importância que estas adquirem, ou do *lugar* que ocupam – e que os próprios se empenharam em projetar e conquistar, constituindo-se em emarcos para a própria explicação da produção da crítica e da historiografia literárias no país.

Voltemos, pois, à *Interpretação Philosophica dos Factos Humanos*, que de acordo com Carlos Süssekind de Mendonça - em *Silvio Romero, sua formação intelectual, 1851-1880* - teria sido escrita em aproximadamente dez dias.

Tomando Kant (“As **regras e fórmulas**, instrumentos **mecânicos** do uso, ou antes do abuso de nossa faculdades naturaes, são as cadêas que nos remetem em perpetua **menoridade**”) e Schopenhauer (“Só existem hoje os ignorantes e os espíritos grosseiros para acreditar em uma liberdade pertencente a cada um dos actos do homem, em um **liberum arbitrium indifferentiae**”) como epígrafes, Romero, invectivo, logo de início dispara: “Nada mais vulgar, tratando-se de philosophia, do que a impertinente pergunta:- “a que systema pertence?” (Romero, 1885:47).

Para aquele que, nas palavras de Araripe Júnior, “forçava as antigas portas do antigo Colégio de Pedro II” (Bosi, 1978:342), isto tinha uma explicação. Os sistemas eram provenientes da própria historicidade da ciência, uma vez que estas “antes de se constituir atravessarão phases preparatorias, em que predominarão, na falta de dados e doutrinas positivas e experimentaes, as opiniões singulares, o modo de vêr subjectivo de cada auctor. Dahi os systemas.” (Romero, 1885:47-48). Da mesma forma, para o então candidato à cátedra, a “filosofia também teria tido sua responsabilidade na manutenção de “um vicio metaphysico que não tem mais razão de ser”, pois assim era “quando o seu supremo ideal consistia em afastar-se do curso das verdades ensinadas pela experiência para atirar-se estatica á busca das “essencias, dos enygmas” irresoluveis.”(Romero, 1885:48).

Neste ponto devemos atentar às recomendações de uma história intelectual e *pensar* o autor em relação ao seu tempo e à sua própria produção. Sílvio Romero, na mesma época que

presta o exame no Pedro II, estava às voltas com a publicação de seu quarto livro *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, considerado uma das suas mais mordazes invectivas contra os românticos – escritores e críticos – brasileiros. Românticos que, à época, cabe ressaltar, ainda estavam à frente dos círculos intelectuais. Observando que não deixava de “ser coisa perigosa o publicar neste país um livro de crítica”, Romero (2002:39) responsabilizava a “romântica brasileira” por ter tido “o prestígio de falsificar e obscurecer o estudo de nossas origens” e por acumular “trevas sobre os três primeiros séculos de nossa existência” (Ibidem:49). Carlos Süssekind de Mendonça (1938:277) novamente, nos lembra que, em virtude principalmente dos ataques de Romero aos românticos, “qualquer círculo literário da Côrte lhe estaria para sempre vedado”. Sendo assim, o estudioso da literatura brasileira teria visto em seu possível ingresso no magistério, se pode supor, uma possibilidade de sobrevivência e manutenção na então Capital Federal.

Contudo, o seu tom não é, nem de longe, conciliador em sua *These*:

Onde estão os trabalhos de *philosophia* e mais ainda os de *philosophia da história* devidos a pennas brasileiras, que sirvão de apoio á solução que procuramos? Não existem! Não é sem motivo que esta lacuna é propositalmente lembrada. Desde muito e sobretudo em materia philosophica, os nossos professores officiaes têm a veleidade de haver attingido o gráo supremo, da sciencia humana, sem darem-se comtudo ao trabalho de o attestar por factos e publicações dignas de apreço. É um negocio de camarilla scientifica (...) Diante de um tal facto, extravagante e anormal, que talvez só entre nós se repita com tanta affonzeza, cumpre-me desde logo humildemente declarar que tendo de submitter-me ao juizo de homens que podem ser muito illustrados, eu não duvido, mas que não tenho na conta de meus mestres, porque elles não são, não podem se-lo de quem quer que se afaste um pouco da tordilha commum, cumpre-me logo declarar, digo, que qualquer que possa ser a estranheza que lhes isto cause, appello de seu juizo para o bom senso da nação, para o criterio de todos os homens verdadeiramente illustrados e independentes, que não occupão posições officiaes no paiz. Isto, que não é uma baforada de orgulho, mas simplesmente a centesima repetição do que tenho escrito e publicado pela imprensa, é necessario que fique aqui ainda uma vez consignado como advertencia e um protesto. (Romero, 1885:51).

O autor, que estava certo da ausência dos sistemas na ciência – posto que fossem produto de “*theorias* individuaes” – acreditava que mais deletéria seria sua utilização quando aplicados à “massa complicadissima dos acontecimentos humanos”. Daí jorra a mordacidade de Romero em relação ao assunto e, conseqüentemente, ao ponto do concurso e seus organizadores:

O programma que está diante de nós, se bem o comprehendemos, pretende, nem mais nem menos, perguntar-nos qual é a theoria que abraçamos para explicar a marcha, a evolução dos acontecimentos historicos. Tanto é isto verdade, que um dos *majores domus* da comissão julgadora, cidadão

que não temos a fortuna de conhecer, mas que dizem ser um valeroso espirito, dignou-se de informar-nos que o sentido da these não póde deixar a discussão dos tres unicos systemas que existem de philosophia da historia, isto é, o *providencialismo*, o *livre arbitrio* e o *fatalismo*!(Romero, 1885:49).

Abusadamente, Romero desafiava o suposto professor informando de que haveria mais de “80 sistemas” e, mais do que isto, “já”, existiria “uma historia da philosophia da historia (...) que devião ser lidos por aquelles que entre nós se encerregão de confeccionar as theses, que ás vezes são verdadeiras charadas, de nossos programmas de ensino e de concursos.”

O tom provocativo permanecia:

Percebe-se de pronto que o nobre lente tomou o assumpto na altura em que o deixarão Agostinho e Pelagio no seculo V, ponto de vista atrazado, que infelizmente é ainda hoje o mais corrente no gremio dos thomistas de todas as côres, e dos sectarios da sciencia official, posição sem duvida commoda, mas que indica uma certa dóse de inercia intellectual. (Romero, 1885:50).

Curiosamente recorrendo a Guizot, de *Histoire de la Civilization em France*, Romero relacionava a inércia à pobreza intelectual nacional. Pobreza que seria comentada e condenada, principalmente nas suas obras posteriores, mas que já é enunciada aqui, em sua *these*, fundamentando sua posição frente ao *Programma* a discutir. Diante da necessidade de recorrência a autores estrangeiros para a formulação de sua argumentação para o “ponto”, ficava comprovada – ou documentada – “nossa pobreza intellectual”, pois “sempre temos necessidade de pedir um guia aos povos illustrados.”(Romero, 1885:50-51)

Voltando à matéria da tese, o autor lembra que as concepções de sociedade humana “como um todo complexo, que se desenvolve por leis e principios certos é muito antiga”. Contudo, também entendia que diante do desconhecimento acerca das leis “que regem o mundo physico, seria impossível um trabalho científico applicado á historia.”(Romero, 1885:52)

Supondo “não ser da mente dos formuladores do *ponto* que eu deva aqui fazer o historico das mais celebres theorias formuladas no intuito de explicar os factos humanos”, Romero aventa, respaldado na “lei dos *três estados*” de Comte, que a “concepção dos acontecimentos” tem atravessado 4 períodos, “largos”: a teologia, a metafísica, a física da história e, “finalmente”, a história científica (Romero, 1885:53). O autor organizava, em síntese, sua apresentação nos seguintes termos: *Vontade divina e vontade humana*, donde o transcendentalismo ou o livre arbítrio; *Imanência panteística* em relação à identificação das manifestações divinas e humanas; *ação exclusiva da natureza física*, relacionada com o determinismo (“naturalistico”) e o materialismo e, finalmente, *realismo crítico*: ação das leis

físicas e intelectuais.

Ainda que a “*physica da historia*” tenha feito a “*critica da theologia e da metaphysica*”, não conseguiu dar conta “*exacta*” do “*factor humano*, objeto por excelência do foco de atenção de Romero, a chamada história científica – ou método histórico-naturalista:

Esta idéas são vulgarissimas para aquelles que se hão occupado de critica scientifica na Europa, ainda que sejam banidas e esconjuradas por certos doutores brasileiros. Até a simples critica litteraria tornou-se impossivel sem determinarem-se as influencias geologicas, climatericas e physiologicas sobre a intuição dos poetas.(Romero, 1885:57).

Partindo de que sempre há combinação “*binaria das forças physicas e mentaes*”, Romero fazia uso de suas bandeiras: de um lado – questão fundamental para seu programa – estruturava sua chave de explicação para uma nova leitura da história da literatura ao negar a possibilidade de existência de sistemas filosóficos aplicados à história e, de outro, o recorria à obra de Thomas Buckle, autor de *Civilization in England*.

Buckle, segundo Romero, divide as leis, que regem os acontecimentos humanos, em *physicas e mentaes*, Estas se subdividem em *moraes e intellectuaes*.

Na historia há um fluxo e refluxo de acções e reacções. As leis physicas actuão sobre a raça humana (...). As influencias desta ordem são pelo auctor classificadas em quatro categorias; - clima, alimentação, solo e aspecto geral da natureza.(Romero, 1885:65).

A par destas “*leis*”, haveria a “*acção das leis mentaes*”, responsáveis pelas “*conquistas intellectuaes*”- consideradas “*fermento de adiantamento*” e que “*nos arrojão para adiante*”.

Deste modo, diante da necessidade em apresentar uma explicação acerca dos “*acontecimentos humanos*”, Romero mostra a vinculação entre uma suposta perspectiva científicista e uma explicação filosófica: “*a dupla acção da natureza e da intelligencia é hoje principio elementar da philosophia da historia*”.(Romero, 1885:68)

História científica – sobejamente tornada filosofia da história:

Como se vê, a doutrina mais corrente em philosophia da história, ou melhor, em historia scientifica, está igualmente distante do providencialismo, essa paródia de predestinação, do livre arbitrio, essa caricatura do acaso, e do fatalismo materialistico, esse espantallo de todos os timidos, de todos os pregadores de antigualhas.(Romero, 1885:69).

Motivado pelos científicimos de sua época, dos quais se percebe uma propensão ao evolucionismo – da mesma forma que “*mergulhado*” na história, entendida como chave de compreensão – Romero, a partir da relação entre ciência da história e filosofia da história e na fusão de concepções biológicas e sociais, com perspicácia anuncia a via que, de certa maneira, canonizá-lo-ia, a crítica: “*Quando não possamos já devassar largos horizontes*

intelectuaes e produzir feitos perduraveis, abramos mão e nossos preconceitos e deixemos a crítica limpar o caminho obstruído por pobres e inúteis destroços.”(Romero, 1885:70).

Cabe apontar, para finalizar, que por certo há um *projeto de civilização* que perpassa os escritos de Romero e que se sustenta, como se vê na sua *Interpretação Philosophica*, sobre uma maquinaria da crítica:

(...) só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor. Ela, aqui, não deve limitar-se ao empenho de mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar; deve, antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidades; deve alçar o látigo destruidor e desfazer as *legendas*, para afirmar a luz. (Romero, 1880:39).

Projeto que, tributário das concepções do seu tempo, impunha à Romero a necessidade de compreender possíveis direções possíveis – e desejáveis – para a *nação*. Romero mencionava “dois grandes motores” que poderiam “pesar fortemente na feitura de um caráter nacional: a natureza e a aglomeração de populações distintas”. Contudo, no caso brasileiro, isto ainda estaria por acontecer, uma vez que para a modificação pela natureza requerem-se muitos séculos e, quanto à “aglomeração de populações distintas”, a “fusão” ainda não teria se completado, ainda que o autor aponte para a conformação de uma “raça” tipicamente brasileira, resultante do concurso das três “raças” formadoras: índios (ou caboclos), brancos e negros. Todavia, conforme prenunciava Romero, inspirado nos preceitos cientificistas do período, “é força convir, porém, que o futuro deste país pertencerá definitivamente ao branco:

Aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de vir triunfar na luta pela vida é a raça *branca*. A família selvagem e a negra, uma espoliada pela conquista, outra embrutecida pela escravidão, pouco, bem pouco, conseguirão diretamente para si.(...)

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós pertencerá ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. (Romero, 1880:56-58).

Coerente com sua proposta, alguns elementos se destacam na citação de Romero: primeiro, a recorrência ao que podemos chamar de nova orientação para o entendimento da nação e, segundo, e amparado nessa nova orientação, uma nova maneira de abordagem acerca da história brasileira. Assim, novos elementos são apontados ou, melhor, determinadamente apontados, como responsáveis pela formação do país: a ação do clima e a imposição da “seleção natural”. Observe-se que o autor estabelece uma nova explicação tanto para a história pátria, quanto para a realidade nacional: ainda que o chamado embranqueamento fosse dado

como certo, tal processo – resultante da ação do tempo e do meio – ainda não havia se completado. Por outro lado, também ainda não havia se realizado, de maneira satisfatória, a “fusão” geradora do elemento “genuinamente” *brasileiro*, que por ora estaria melhor encarnado na “vasta classe dos mestiços”. Disto decorreria, para Romero, uma das mazelas da nação: “não temos ainda um espírito, um caráter *original*”.

Dessa maneira, Romero renunciava aos caros preceitos dos enfoques românticos, que buscavam a originalidade/genialidade da raça e apontavam para o índio como o elemento, por excelência, tipicamente nacional. Se as explicações, então usuais, acerca da constituição histórica eram questionadas, da mesma forma que o era, também, a história da literatura. Refutada em seus elementos fundamentais – a ideia de um caráter nacional original e o indianismo – invalidava-se a própria noção predominante de uma literatura nacional, ou de um certo nacionalismo literário que apontava para a formação de uma literatura eminentemente nacional, “ponto culminante” do próprio Romantismo brasileiro, para usarmos expressão do próprio Romero (Romero, 1880:93). Assim, de acordo com Romero e, portanto, dentro de uma nova perspectiva para explicação da história literária brasileira e da vida intelectual nacional, a discussão em torno da existência de uma literatura brasileira, sua originalidade e genialidade, apresentava-se eivada de equívocos.

Na sucessão das críticas ao Romantismo em geral e ao brasileiro em particular, chama atenção a observação de Romero quanto à única vantagem trazida por este último: o fato de ter sido, “intelectualmente”, o primeiro passo para que fosse deixada de lado a “cultura lusa”. Por outro lado, salta aos olhos, também, os seus “defeitos”: se o maior de todos, para o crítico, foi a concentração excessiva da poesia no indianismo, o “consórcio” deste com o nativismo também se mostrou “prejudicial” a ambos: “um se fez estéril e o outro tornou-se errôneo”.(Romero, 2002/1880:93).

Denunciando as vinculações entre o Estado e a produção cultural – e que, podemos dizer, buscavam promover um “ideal de civilização e de nação”, além da própria “identidade nacional” – argutamente Romero responsabilizava o próprio poder moderador como responsável pela consolidação da poesia que ele chama de “indiana”.

Contudo, neste ponto que mais parece se distanciar das orientações românticas, é possível percebermos um elemento de confluência, talvez resultante mais do próprio momento em que Romero viveu do que das leituras por ele realizadas, pois por mais que negue as questões e contribuições das produções que o antecedem (ou por ser com elas que, justamente, dialoga) tais questões e contribuições – e seus problemas – continuaram se impondo na escrita

da história de Romero. Ainda que descreia da originalidade de uma literatura nacional, ou discorde da projeção do indígena como elemento distintivo desta literatura, foi na busca de elementos muito próximos a estes que se lançou, mesmo ainda que através de abordagens de outra natureza ou com a recorrência a categorias de outra ordem. A própria projeção – ou sua crença – de um homem autenticamente brasileiro, resultado, então ainda inconcluso, da ação da natureza e do caldeamento de brancos, índios e negros, donde decorreria o caráter original, parece apontar para o que falamos acima. Ainda que o autor confessasse seu pessimismo em relação à situação nacional, buscava na história, ou com a história, os possíveis traços de distinção – “embrionária”, é forçoso repetir – da individualidade do povo brasileiro. Assim e ainda mesmo que por outras vias, Romero se voltava para um elemento essencialmente presente nas preocupações românticas, ou *romanticistas*, para adotarmos uma expressão do próprio crítico. Portanto, a busca pela particularidade do povo brasileiro, de seu elemento diferenciador, e que denota na aproximação com o universo romântico, tão combatido por Romero, parece acompanhar toda sua obra. Faz-se necessário perceber que esta aproximação não implica, de maneira alguma, simples continuísmo, ou permanência, o que é bem ilustrado pelo seu desprezo pela própria ideia do indianismo, marca característica da estética romântica brasileira. É interessante frisar esta característica e que não deve ser menosprezada quando pensamos a constituição de uma historiografia (literária) brasileira. Historiografia que, justamente, se promove negando a produção precedente, mas que acaba por incorporar, de diferentes modos, elementos destas. Assim, ainda que congregue uma nova perspectiva historiográfica – embasada nos *determinismos* do período –, a intenção se volta para o recorrente problema posto pelo Romantismo: a nacionalidade.

De todo modo, o que parece se depreender dos textos de Romero é a exigência de uma outra crítica e uma outra história, conferindo-lhes um peculiar caráter programático. As deficiências da crítica, a pobreza da produção intelectual nacional, as mazelas da formação social brasileira, as incongruências das abordagens do Romantismo, as possibilidades da crítica científica, a necessidade de uma história que viesse explicar o passado brasileiro são, entre outras, as questões que embasam seus escritos. É com este sentido de “programa” que Romero parece se lançar à escrita de uma *História da Literatura Brasileira*, de 1888, ou mesmo antes à sua *Introdução à História da Literatura Brasileira*, de 1882, ou então aos seus textos de 1880 – seja em *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* ou na *Interpretação Filosófica dos Factos Humanos*. Em ambos, a recorrência ao papel da crítica, se faz fundamental. Crítica – sempre perigosa como sugeria o próprio autor – e que

parece marcá-lo (bem como sua geração em relação à precedente) uma vez que sua crítica, como a de seus pares de “geração”, parece instaurar uma perspectiva de futuro, em certo sentido ausente nos programas anteriores que, parece, buscavam muito mais legitimar uma idéia de passado – do que propor um futuro possível, ainda que distante.

Enfim, como bem caracterizou Antonio Candido, em toda a obra de Romero há uma aspiração à libertação: “libertação do peso das raças “inferiores”, libertação da inclemência do clima, libertação do ensino jesuítico e retórico, libertação dos vícios políticos coloniais, libertação do servilismo à França, libertação dos exageros românticos. (CANDIDO, 1988:100). Assim, poderíamos acrescentar aí também, e por consequência, a busca de libertação em relação ao passado, ou de uma imagem de passado. Libertação buscada na própria história – fundamento para a própria crítica e, portanto, chave para a apregoada libertação e para um futuro que quer-se-ia crer possível. Justamente aí, nessa crença de um futuro outro, parece se revelar aquilo que, a princípio, Romero criticava em sua *Interpretação Philosophica dos Factos Humanos*: na expectativa de um futuro, base de seu projeto civilizacional, sua concepção de história parece se transformar em filosofia da história.

BIBLIOGRAFIA

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. O crítico de um crítico: “Sílvio Romero polemista”. In. BOSI, Alfredo. **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 319-382.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 1988.

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura europeia e Idade Média latina**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KARVAT, Erivan Cassiano. **Da história como cânone ou de *homens de subida têmpera***: reflexões sobre a constituição da crítica e da história literárias no Brasil oitocentista, 1826-1882. Curitiba, Tese/PPGHIS, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed., Campinas: Unicamp, 1992.

MENDONÇA, Carlos S. de. **Silvio Romero**: sua formação intelectual, 1851-1880. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Sílvio. *Interpretação philosophica dos factos historicos* (1880). In. **Estudos de litteratura contemporanea**: paginas de critica. Rio de Janeiro: Laemmert, 1885. p. 47-70.

ROMERO, Sílvio. A literatura brasileira e a crítica moderna (1880). **Literatura, História e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.37-117.

ROMERO, Sílvio. Introdução à história da literatura brasileira (1882). **Literatura, história e crítica**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.119-337.

ROMERO, Sílvio. Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira (1911). **História da literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio ; Brasília: INL, 1980. v.5, p. 1798-1821.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEBER, João Hernesto. **A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.